



ENEM
SOLIDÁRIO
REDAÇÃO

MÓDULO 6





FICHA TÉCNICA

MÓDULO 6

AUTORIA:

Fátima Furtado

Pollyanne Bicalho

Samya Semião Freitas

Sóstenes Renan Santos

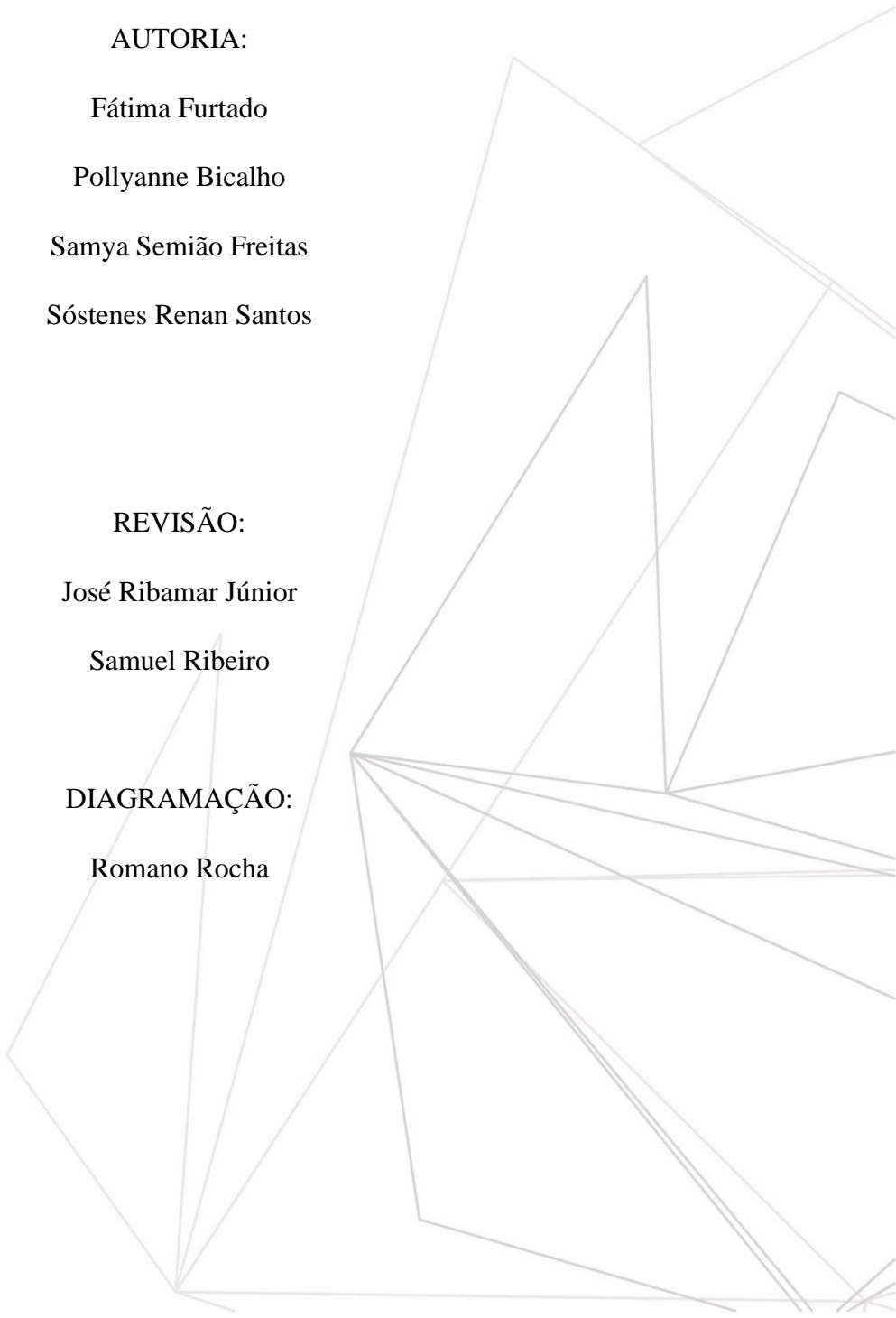
REVISÃO:

José Ribamar Júnior

Samuel Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO:

Romano Rocha





MÓDULO 6:

Construindo a intervenção – como ser um cidadão do mundo, no mundo e para o mundo: ações críticas de superação das problemáticas sociais

Oi, pessoal!

Preparados para compreender o que se espera de vocês na Competência 5?

Então, vamos lá! Nessa competência, exige-se que você *elabore proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos*.

Vale lembrar que a competência 5 torna-se, muitas vezes, de difícil compreensão para alguns candidatos porque ela é a responsável por diferenciar o texto dissertativo-argumentativo que costumamos produzir durante toda a nossa vida escolar daquele exigido pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que normalmente traz temas de cunho social para que os candidatos apontem possíveis soluções, respeitando os direitos humanos.

Assim, é fundamental que reflitamos sobre as formas de se construir uma proposta de intervenção que contemple satisfatoriamente o problema apresentado no tema da sua redação, sem esquecer os aspectos que nos tornam cidadãos, ou seja, indivíduos dotados de direitos, mas também de deveres.

Para isso, é muito importante trabalharmos aspectos relacionados à linguagem adotada nos textos, evitando expressões preconceituosas que muitas vezes utilizamos sem refletir, mas que podem ferir a dignidade do outro. Também é essencial compreendermos por que é tão importante discutir muitas questões relacionadas aos direitos humanos.

Vamos pensar um pouco sobre os caminhos para alcançar esses objetivos?!

Atividade 1

A comunicação sempre se realiza através da interação entre sujeitos, ou seja, o outro importa para as nossas escolhas linguísticas. Além de nos preocuparmos com o que vamos dizer, devemos também nos preocupar com a forma como iremos dizer, para que




tenhamos mais chances de êxito no nosso projeto comunicativo. Agindo assim, demonstramos que há consideração ao outro, que queremos construir uma boa impressão de nós como falantes, que prezamos pelo respeito e pela educação, ainda que discordemos de algum posicionamento ou ponto de vista sobre algum fato ou ideia tematizados no ato de dizer.

A educação, formal ou informal, deve primar por uma convivência pacífica, a fim de formar cidadãos conscientes da importância do bom diálogo como maneira de minimizar os embates. Vivemos em uma sociedade cada vez menos tolerante e atenta ao outro, pois há, atualmente, um egocentrismo exagerado, (re)velado através de comportamentos grosseiros, de querer ter sempre razão, de impor a opinião, frequentemente, com grosserias e xingamentos. O mundo carece de pessoas ponderadas e empáticas, que poderão e deverão lutar por aquilo em que acreditam, sem, contudo, ter como principal mote a ofensa.

Percebemos a falta de polidez, por exemplo, em ambientes virtuais, lugar no qual, muitas vezes, as pessoas se esquecem de que estão sendo avaliadas: lá, o que postamos se reverte, positivamente ou negativamente, para a construção da nossa imagem.

A seguir, você lerá três textos que tematizam a reflexão que temos feito até aqui. Após a leitura, realize a primeira proposta de atividade deste módulo.

Texto 1:



A polidez nem sempre inspira a bondade, a equidade, a complacência, a gratidão; mas, pelo menos, dá-lhes a aparência e faz aparecer o homem por fora como deveria ser por dentro.

(Jean de la Bruyere)

kdfrases

Disponível em: <https://kdfrases.com/frase/103784>. Acesso em: 18/05/2019



Texto 2:

Recado ao Senhor 903

(Rubem Braga)

Vizinho...

Quem fala aqui é o homem do 1003. Recebi outro dia, consternado, a visita do zelador, que me mostrou a carta em que o senhor reclama contra o barulho em meu apartamento. Recebi depois a sua própria visita pessoal – devia ser meia-noite – e a sua veemente reclamação verbal. Devo dizer que estou desolado com tudo isso, e lhe dou inteira razão. O regulamento do prédio é explícito e, se não fosse, o senhor ainda teria ao seu lado a Lei e a Polícia. Quem trabalha o dia inteiro tem direito ao repouso noturno e é impossível repousar no 903 quando há vozes, passos e músicas no 1003. Ou melhor: é impossível ao 903 dormir quando o 1003 se agita; pois como não sei o seu nome nem o senhor sabe o meu, ficamos reduzidos a ser dois números, dois números empilhados entre dezenas de outros. Eu, 1003, me limito a leste pelo 1005, a oeste pelo 1001, ao sul pelo oceano Atlântico, ao norte pelo 1004, ao alto pelo 1103 e embaixo pelo 903 – que é o senhor. Todos esses números são comportados e silenciosos; apenas eu e o oceano Atlântico fazemos algum ruído e funcionamos fora dos horários civis; nós dois apenas nos agitamos e bramimos ao sabor da maré, dos ventos e da lua. Prometo sinceramente adotar, depois das 22 horas, de hoje em diante, um comportamento de manso lago azul. Prometo. Quem vier à minha casa (perdão: ao meu número) será convidado a se retirar às 21:45, e explicarei: o 903 precisa repousar das 22 horas às 7 pois às 8:15 deve deixar o 783 para tomar o 109 que o levará até o 527 de outra rua, onde trabalha na sala 305. Nossa vida, vizinho, está toda numerada; e reconheço que ela só pode ser tolerável quando o número não incomoda outro número, mas o respeita, ficando dentro dos limites de seus Algarismos. Peço-lhes desculpas – e prometo silêncio.

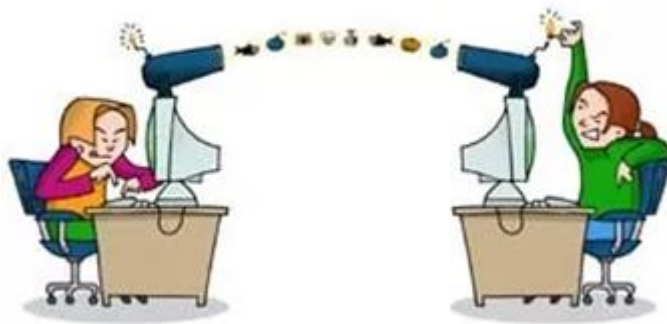
... Mas que me seja permitido sonhar com outra vida e outro mundo, em que um homem batesse à porta do outro e dissesse: “Vizinho, são três horas da manhã e ouvi música em tua casa. Aqui estou”. E o outro respondesse: “Entra, vizinho, e come do meu pão e bebe do meu vinho. Aqui estamos todos a bailar e cantar, pois descobrimos que a vida é curta e a lua é bela”.



E o homem trouxesse sua mulher, e os dois ficassem entre os amigos e amigas do vizinho entoando canções para agradecer a Deus o brilho das estrelas e o murmúrio da brisa nas árvores, e o dom da vida, e a amizade entre os humanos, e o amor e a paz.

Disponível em: <http://www.umprofessorle.com.br/2018/12/30/recado-ao-senhor-903/>. Acesso em: 10/05/2019.

Texto 3:



Disponível em: <https://igorlucas.jusbrasil.com.br/artigos/449791585/como-proceder-ao-ser-vitima-de-uma-ofensa-pela-internet>. Acesso em: 10/05/2019.

Para fazer!

A partir dessa discussão e dos textos disparadores, posicione-se sobre esta questão: como a polidez pode ser importante para o exercício da cidadania?

O tema dos direitos humanos na proposta de intervenção

Não se pode falar em direitos humanos sem se mencionar o principal documento de referência ao exercício da cidadania e que delinea os direitos humanos básicos, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada pela ONU em 1948. Essa declaração representa um marco por estabelecer uma tentativa de acordo entre as nações contra atos bárbaros que, no decorrer da história, ofenderam gravemente a dignidade de



grupos minoritários, privando-os do gozo à liberdade e das condições mínimas para a manutenção da sobrevivência.

Com base nesse documento, a nossa Constituição Federal de 1988 assegura alguns direitos básicos, tais como – direito:

- à vida;
- a não discriminação;
- à dignidade humana;
- à intimidade;
- a não ser mantido em escravidão ou servidão;
- a não ser submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante;
- à igualdade;
- à segurança;
- à liberdade;
- à liberdade de ir e vir;
- à liberdade de consciência;
- à nacionalidade;
- à família;



- à propriedade;
- à livre expressão;
- à associação;
- ao acesso ao governo;
- à segurança social;
- ao lazer;
- ao bem-estar;
- à instrução;
- à cultura;
- à ordem social; dentre outros.

Ufa! Segundo a lei, teríamos acesso a muitos direitos, não é mesmo?!

E na prática?!

Infelizmente, na prática podemos notar que um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que esses direitos sejam garantidos plenamente.

Bem, mas nem só de direitos vive o ser humano, pois também temos muitos **deveres sociais**:

XXIX. Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem está sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com **o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem** e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. Esses direitos e liberdades não



podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Ou seja, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, temos muitos direitos e liberdades, mas, para garantir esses benefícios arduamente conquistados, não podemos, em hipótese alguma, ferir o direito do outro – a fim de que a fraternidade (a boa relação entre os seres humanos) seja assegurada.

Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>. Acesso em: 08/04/2019.

Armandinho, personagem da tirinha acima, nos leva a refletir sobre como os nossos direitos dependem também do cumprimento dos nossos deveres. Por isso, é tão importante estabelecer uma relação de harmonia e de respeito na sociedade, de forma que o exercício dos nossos direitos não venha a ferir os direitos do próximo.

Ainda sobre o cuidado que devemos ter com as nossas escolhas linguísticas ao interagirmos com os outros, há algumas expressões cristalizadas – e carregadas de preconceito – muito utilizadas nas práticas comunicativas. Como, por exemplo, “situação negra”, “inveja branca”, “cabelo ruim” etc.

Veja o que o linguista Kanavillil Rajagopalan tem a nos dizer sobre isso:

Talvez seja preciso pensar em outros recursos para novamente alertar os usuários da língua sobre os preconceitos cujos reflexos a sua linguagem ainda carrega. Ou seja, o combate aos nossos preconceitos pode ter na nossa própria linguagem um bom começo. O que não quer dizer que os preconceitos simplesmente sumam como em um passe de mágica, assim que eliminamos da nossa linguagem certas práticas que denunciam a existência de tais preconceitos (RAJAGOPALAN, 2000, p. 99).



Mesmo que a nossa intenção não seja ofender o outro ao usarmos tais expressões, como elas carregam uma carga semântica de usos marcados por preconceitos, devemos refletir sobre o seu uso e tentar evitá-las. Tal atitude é respeitosa e converge com o exercício de uma comunicação cidadã.

Atividade 2

Leia os textos abaixo e, em seguida, execute a nossa segunda atividade.

Texto 1:



Disponível em: <http://www.sindipol.com.br/site/index.php/828-humanizar-redes.html>. Acesso em: 10/05/2019.

Texto 2:



Disponível em: <http://sociologiamelhormateria.blogspot.com/>. Acesso em: 10/05/2019.



Para fazer!

A partir dessas reflexões e dos textos acima, exponha o seu posicionamento acerca do uso de muitas expressões/opiniões reacionárias, preconceituosas, conservadoras e agressivas, infelizmente muito comuns no Brasil de hoje. Tome como exemplo o texto 2 (e a ironia com que ele foi escrito pela cartunista Laerte Coutinho) e proponha uma intervenção para diminuir a ocorrência desse problema que é mais de cunho social do que linguístico.

Conhecendo os critérios avaliativos da competência 5

No Enem, a competência 5 requer do participante o seguinte: *Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.*

Assim, o primeiro critério a ser cumprido é sempre RESPEITAR OS DIREITOS HUMANOS! Se passar por essa análise, a sua proposta será avaliada normalmente.

Vale lembrar: atualmente, o participante que ferir os direitos humanos **receberá zero apenas na competência 5** (o que já é uma grande perda, não é mesmo?!). É que esse “deslize” já foi motivo, em edições anteriores, para que o candidato tivesse a sua redação zerada.

Ainda assim, muito cuidado!

Pois, como alerta a professora e pesquisadora Cynthia Agra de Brito Neves:

Ao adotarem uma posição, um ponto de vista, uma atitude concreta em relação às questões do mundo contemporâneo, os jovens alunos estão desempenhando sua cidadania, fundamental no seu processo de formação. Não se trata de escrita retórica pura e simplesmente – acréscimo – como se costuma fazer em textos desse tipo, no qual se prepara uma *conclusão-síntese* ao final para retomar estrategicamente os argumentos desenvolvidos na tessitura do texto. A produção textual do ENEM *exige* uma proposta de intervenção do aluno que ofereça uma solução para o problema colocado em questão – eis o diferencial do exame: uma *conclusão-intervenção*, o que permite que o aluno extrapole os argumentos já trabalhados ao longo do seu texto para elaborar algo novo, criativo, uma intervenção de engajamento social, que valorize a cidadania, a liberdade, a solidariedade e a diversidade cultural, ou seja, que respeite os direitos humanos (NEVES, 2018, p. 744, grifos da autora).



Por essa razão, é relevante que você leia sempre fontes seguras – sites, livros, jornais, revistas e demais publicações que abordem com seriedade e responsabilidade os problemas sociais brasileiros – com vistas a embasar, durante a escrita do seu texto, uma proposta de intervenção que considere a pessoa do outro e a sua dignidade como essenciais à vida em sociedade.

Apesar de uma decisão judicial recente ter eliminado a possibilidade de zerar a redação inteira caso se transgrida a competência 5, você, jovem do ensino médio, leitor(a) crítico(a) e cidadã(o) consciente de seus direitos e deveres, pode (e deve) atender plenamente a essa competência, assumindo uma postura ética e política de quem não se cala diante das injustiças, mas, sim, é capaz de argumentar e propor saídas concretas e coletivas para os grandes impasses do país, pensando estratégias e soluções viáveis, justas para todas e todos.

Agora, vamos conhecer de que forma você pode assegurar uma excelente pontuação nessa competência, afinal, assim como em todas as outras, são 200 pontos em jogo, certo? Portanto, precisamos caprichar!

Claro que não se trata de desenvolver uma solução definitiva para o problema apresentado, mas de demonstrar que você, como estudante que está concluindo ou que já concluiu o ensino médio, é capaz de refletir criticamente acerca de uma problemática social atual e de propor alternativas que possam solucioná-la ou minimizá-la.

Antes de apontar os critérios específicos de avaliação, é importante destacar que a sua proposta deve:

- a) estar em harmonia com os textos motivacionais;
- b) estar articulada à argumentação desenvolvida em todo o texto;
- c) ser passível de execução.

Desse modo, nunca proponha nada que seja “mirabolante”.

Não é necessário que você apresente mais de uma proposta de intervenção (com mais de um agente e várias ações, por exemplo), mas é fundamental apresentar uma proposta que esteja **COMPLETA**, ou seja, com todos os elementos que possam deixá-la bem desenvolvida e detalhada.



Siga sempre estes cinco tópicos:

- I. **Ação:** o que fazer?
- II. **Agente:** quem pode/deve fazer?
- III. **Modo/meio:** como? Através de quê? Quais as etapas para a implementação?
- IV. **Efeito ou objetivo pretendido:** para quê? Quais os objetivos?
- V. **Detalhamento do modo ou da ação.**

Vamos detalhar esses tópicos?!

A **AÇÃO** deve ter caráter interventivo, portanto, **evite propor ações muito genéricas**, como: “deve-se respeitar”; “a conscientização é necessária”, “é preciso tomar a iniciativa”. Essas frases podem até ser utilizadas no seu texto, mas não como indicadoras de ação.

Cuidado também para não elaborar a sua proposta a partir de estruturas condicionais, como “se”, “desde que”, “caso” etc, pois uma proposta construída a partir dessa estrutura é limitada.

Além disso, apenas reconhecer a existência de um problema não pode ser considerada como uma proposta de intervenção, por exemplo: “O sistema de saúde brasileiro é precário”. Observe que essa frase apenas constata o problema, mas não propõe nada que possa ser efetivado.

Quanto ao **AGENTE**, não utilize agentes/atores sociais imprecisos, que não sejam facilmente identificáveis: *alguém, ninguém, você, nós (oculto), verbos no imperativo (“Faça a sua parte!”) etc.* Lembre-se de que o agente deve ser compatível com a ação interventiva, ou seja, deve ser escolhido conforme a proposta de intervenção sugerida. Por exemplo: *o Governo, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, as escolas, a família, o MEC (Ministério da Educação), as ONGs (Organizações não Governamentais), as mídias sociais etc.*

No **MODO/MEIO**, direcione a maneira pela qual a ação proposta pode ser realizada, ou seja, proponha caminhos por meio dos quais a sua ação pode vir a se



concretizar, como a delimitação de parcerias, origem de recursos, alternativas para a efetivação da ação etc.

No **EFEITO**, apresente os resultados pretendidos com a ação proposta. Para isso, lembre-se de indicar finalidade ou consequência, utilizando estruturas como “para que”, “de modo que”, “com o intuito de”, “com a finalidade de” etc.

Já o **DETALHAMENTO DO MODO OU DA AÇÃO** permite que a sua proposta fique mais elaborada, por isso é importante que você acrescente informações, seja por meio de exemplificações, explicações ou justificativas que tornem a sua proposta mais detalhada.

A proposta de intervenção não precisa estar necessariamente na conclusão do seu texto, mas, por uma questão de organização, você pode mantê-la na parte final.

Vamos, então, analisar alguns exemplos de propostas bem sucedidas de intervenção nos textos dissertativo-argumentativos exigidos pelo Enem?

Texto 1:

O texto dissertativo-argumentativo abaixo foi escrito pela candidata Izadora Furtado, sobre o tema: **A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**, proposto pelo Enem 2015.

A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira é um problema muito presente. Isso deve ser enfrentado, uma vez que, diariamente, mulheres são vítimas dessa questão. Nesse sentido, dois aspectos fazem-se relevantes: o legado histórico cultural e o desrespeito às leis.

Segundo a História, a mulher sempre foi vista como inferior e submissa ao homem. Comprova-se isso pelo fato de elas poderem exercer direitos políticos, ingressarem no mercado de trabalho e escolherem suas próprias roupas muito tempo depois do gênero oposto. Esse cenário, juntamente aos inúmeros casos de violência contra as mulheres, corroboram a ideia de que elas são vítimas de um legado histórico-



cultural. Nesse ínterim, a cultura machista prevaleceu ao longo dos anos a ponto de enraizar-se na sociedade contemporânea, mesmo que de forma implícita, à primeira vista.

Conforme previsto pela Constituição Brasileira, todos são iguais perante à lei, independente de cor, raça ou gênero, sendo a isonomia salarial, aquela que prevê mesmo salário para os que desempenham mesma função, também garantida por lei. No entanto, o que se observa em diversas partes do país, é a gritante diferença entre os salários de homens e mulheres, principalmente se estas foram negras. Esse fato causa extrema decepção e constrangimento a elas, as quais sentem-se inseguras e sem ter a quem recorrer. Desse modo, medidas fazem-se necessárias para solucionar a problemática.

Diante dos argumentos supracitados, é dever do Estado proteger as mulheres da violência, tanto física quanto moral, criando campanhas de combate à violência, além de impor leis mais rígidas e punições mais severas para aqueles que não as cumprem. Some-se a isso investimentos em educação, valorizando e capacitando os professores, no intuito de formar cidadãos mais comprometidos em garantir o bem-estar da sociedade como um todo.

Disponível em: <https://www.enemvirtual.com.br/redacao-nota-1000-enem/>. Acesso em: 15/05/2019.

Se considerarmos os elementos já expostos a serem contemplados numa proposta de intervenção, teremos no texto acima:

- Ação (o que fazer?): *proteger as mulheres da violência física e moral.*
- Agente (quem pode/deve fazer?): *o Estado.*
- Modo/meio (como? Através de quê? Quais as etapas para a implementação?)/
Detalhamento do modo ou da ação): *1) campanhas de combate à violência; 2) leis mais rígidas e punições mais severas; 3) capacitação de professores para a formação cidadã.*
- Efeito ou objetivo pretendido (para quê? Quais os objetivos?): *garantia do bem-estar da sociedade como um todo.*



Veja que os elementos foram considerados de maneira satisfatória, visto que não só a competência 5 foi atendida, como também as demais. Essa redação foi avaliada com a nota mil.

Texto 2:

O texto a seguir foi escrito pelo candidato Marcos Vinícius Monteiro de Oliveira, e recebeu, assim como o anterior, nota mil no Enem 2017, quando o tema proposto foi este: **Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil.**

No Brasil, o início do processo de educação de surdos remonta ao Segundo Reinado. No entanto, esse ato não se configurou como inclusivo, já que se caracterizou pelo estabelecimento de um “apartheid” educacional, ou seja, uma escola exclusiva para tal público, segregando-o dos que seriam considerados “normais” pela população. Assim, notam-se desafios ligados à formação educacional das pessoas com dificuldade auditiva, seja por estereotipação da sociedade civil, seja por passividade governamental. Portanto, haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico do referido público e, logo, da nação, ela deve ser efetivada aos surdos pelos agentes adequados, a partir da resolução dos entraves vinculados a ela.

Sob esse viés, pode-se apontar como um empecilho à implementação desse direito, reconhecido por mecanismos legais, a discriminação enraizada em parte da sociedade, inclusive dos próprios responsáveis por essas pessoas com limitação. Isso pode ser explicado segundo o sociólogo Talcott Parsons, o qual diz que a família é uma máquina que produz personalidades humanas, o que legitima a ideia de que o preconceito por parte de muitos pais dificulta o acesso à educação pelos surdos. Tal estereótipo está associado a uma possível invalidez da pessoa com deficiência e é procrastinado, infelizmente, desde o Período Clássico grego, em que deficientes eram deixados para morrer por serem tratados como insignificantes, o que dificulta, ainda hoje, seu pleno desenvolvimento e sua autonomia.

Além do mais, ressalte-se que o Poder Público incrementou o acesso do público abordado ao sistema educacional brasileiro ao tornar a Libras uma língua secundária



oficial e ao incluí-la, no mínimo, à grade curricular pública. Contudo, devido à falta de fiscalização e de políticas públicas ostensivas por parte de algumas gestões, isso não é bem efetivado. Afinal, dados estatísticos mostram que o número de brasileiros com deficiência auditiva vem diminuindo tanto em escolas inclusivas – ou bilíngues –, como em exclusivas, a exemplo daquela criada no Segundo Reinado. Essa situação abjeta está relacionada à inexistência ou à incipiência de professores que dominem a Libras e à carência de aulas proficientes, inclusivas e proativas, o que deveria ser atenuado por meio de uma maior gerência do Estado nesse âmbito escolar.

Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema, para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundidos socialmente. Outrossim, o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”. Por fim, ativistas políticos devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes à problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores – para que todos saibam, no mínimo, o básico de Libras – e a efetivarem o estudo da Língua Brasileira de Sinais, por meio da disponibilização de verbas e da criação de políticas públicas convenientes, contrariando a teórica inclusão da primeira escola de surdos brasileira.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/leia-redacoes-nota-mil-do-enem-2017.ghtml>. Acesso em: 10/05/2019.

Analisemos o último parágrafo. Nele está a proposta de intervenção, que assim pode ser sumariada:

- *Ação (o que fazer?): deliberar acerca dessa limitação [a surdez] em eventos coletivos; alertar as pessoas com deficiência sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil; realizar mutirões no Ministério ou na*



Secretaria de Educação; incentivar os professores ao estudo (ainda que básico) da Libras; efetivar o estudo da Língua Brasileira de Sinais.

- *Agente (quem pode/deve fazer?): instituições de ensino com proatividade; o poder público; ativistas políticos; professores.*
- *Modo/meio (como? Através de quê? Quais as etapas para a implementação?)/ Detalhamento do modo ou da ação): palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema; realização de dias de conscientização na urbe; divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”; disponibilização de verbas e da criação de políticas públicas convenientes.*
- *Efeito ou objetivo pretendido (para quê? Quais os objetivos?): sociedade civil, em especial os pais dos surdos, comprometidos com a causa e o combate ao preconceito; Ministério e Secretarias de Educação comprometidos com a problemática abordada; efetivação do ensino e do estudo da Língua Brasileira de Sinais.*

Repare como o estudante organizou de modo claro e coerente a sua intervenção, relacionando cada uma das ações apontadas aos sujeitos e setores responsáveis pela execução. Desse modo, o candidato reforçou a defesa da educação inclusiva para as pessoas surdas e delimitou o papel de vários segmentos sociais e governamentais perante a causa defendida.

Atividade 3

No Enem 2018, o tema suscitou discussões acaloradas e foi visto como de muita complexidade por parte de estudantes e professores: **Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.**

A seguir, reproduzimos – sem o último parágrafo (que você encontrará acessando o [link](#)) – uma terceira redação avaliada com a nota máxima, escrita por Lucas Felpi, de 17 anos. Ao final da leitura, propomos uma atividade para você.



No livro “1984” de George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa foca na trajetória de Winston, um funcionário do contraditório Ministério da Verdade que diariamente analisa e altera notícias e conteúdos midiáticos para favorecer a imagem do Partido e formar a população através de tal ótica. Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell pode ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em função das novas tecnologias, internautas são cada vez mais expostos a uma gama limitada de dados e conteúdos na internet, consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informação a partir do uso diário individual. De acordo com o filósofo Zygmund Bauman, vive-se atualmente um período de liberdade ilusória, já que o mundo digitalizado não só possibilitou novas formas de interação com o conhecimento, mas também abriu portas para a manipulação e alienação vistas em “1984”. Assim, os usuários são inconscientemente analisados e lhes é apresentado apenas o mais atrativo para o consumo pessoal.

Por conseguinte, presencia-se um forte poder de influência desses algoritmos no comportamento da coletividade cibernética: ao observar somente o que lhe interessa e o que foi escolhido para ele, o indivíduo tende a continuar consumindo as mesmas coisas e fechar os olhos para a diversidade de opções disponíveis. Em um episódio da série televisiva Black Mirror, por exemplo, um aplicativo pareava pessoas para relacionamentos com base em estatísticas e restringia as possibilidades para apenas as que a máquina indicava – tornando o usuário passivo na escolha. Paralelamente, esse é o objetivo da indústria cultural para os pensadores da Escola de Frankfurt: produzir conteúdos a partir do padrão de gosto do público, para direcioná-lo, torná-lo homogêneo e, logo, facilmente atingível.

[...]



Para fazer!

Como você percebeu, o texto acima foi reproduzido sem a proposta de intervenção, que o conclui. A sua tarefa é redigir um parágrafo que aponte soluções para o problema discutido em todo o texto, respeitando os direitos humanos. Para isso, considere os cinco tópicos descritos no item **Conhecendo os critérios avaliativos da competência 5**.

Em seguida, acesse a redação completa através do link acima e compare a proposta de intervenção escrita por você com a original.

Finalizando...

Como discutimos no decorrer deste módulo, a competência 5 diz respeito à sua proposta de intervenção quanto ao problema abordado no texto dissertativo-argumentativo do ENEM. Assim, você não pode esquecer: elabore a sua proposta de modo detalhado, sempre destacando as ações e os agentes transformadores, bem como descrevendo o(s) modo(s) de se efetivar as ações apontadas.

Um ponto muito importante no desenvolvimento do texto e da proposta de intervenção é o seu **conhecimento de mundo**, pois ele trará um repertório mais diversificado quanto às possibilidades de resolução do problema apresentado. Afinal, quanto melhor compreendemos o tema em análise, melhor perceberemos as diversas formas de solucionar as problemáticas envolvidas nele.

É possível detalhar soluções para um problema que não conhecemos? Difícil! Portanto, fique atento(a)! Informe-se diariamente sobre as problemáticas brasileiras e mundiais, refletindo sobre as possíveis formas de resolvê-las, respeitando, como já dissemos, os direitos humanos.



Na avaliação da competência 5, há seis níveis de desempenho. Observe o quadro abaixo:

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf. Acesso em: 20/05/2019.

Percebeu como cada detalhe importa e conta muito para a sua nota final na redação?

Então, aqui vai um resumo das sugestões do que você não pode esquecer para ter uma excelente pontuação na competência 5:

- **Detalhar** a proposta de intervenção (ações, agentes e modo);
- Relacionar a proposta com a **abordagem** do tema desenvolvido durante o texto;
- Relacionar a proposta diretamente ao **tema** e não somente ao assunto geral;
- Enriquecer seu **conhecimento de mundo** (problemáticas atuais e possibilidades de soluções → informe-se!).

Portanto, exercite sempre a sua escrita e o seu posicionamento diante de problemáticas da nossa sociedade! A escrita é mais rica e bem desenvolvida quando analisamos, por meio de leituras diversas, o tema sobre o qual vamos escrever.



Discutir e analisar um tema com criticidade, em respeito aos direitos humanos e na busca por soluções é relevante não somente para o texto dissertativo-argumentativo que você redigirá no Enem. É primordial para a construção de uma comunidade melhor e de um mundo mais justo para todos(as) nós.

Bons estudos e muito sucesso!

Referências

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 08/04/2019.

NEVES, Cynthia A. de B. **Direitos humanos e educação: a polêmica em torno da prova de redação do Enem 2015 e 2017.** Trab. Ling. Aplicada., Campinas, n(57.2): 731-755, mai-ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v57n2/0103-1813-tla-57-02-0731.pdf>. Acesso em: 10/05/2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: LOPES DA SILVA, F. L. e MOURA, H. M. M. (Orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico.** Florianópolis: Ed. Insular, 2000.